Sonda Cidades Inteligentes e Mobilidade Ltda. | CNPJ 74.079.484/0001-42

(antiga Telsinc Prestação de Serviços de Informática e Comunicação de Dados Ltda.)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanços patrimoniais

ATIVO	Nota	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	7	963	29
Contas a receber de clientes	8	158	325
Tributos a recuperar	9	686	517
Outros ativos	10	298	114
Total do ativo circulante		**2.105**	**985**
Outras contas a receber com partes relacionadas	11	18.216	64
Depósitos judiciais	18	385	746
Outros ativos	10	-	3.367
Total do realizável a longo prazo		**18.601**	**4.177**
Investimento	12	38.536	34.479
Intangível	14	52.840	53.799
Imobilizado	13	-	2
Total do ativo não circulante		**109.977**	**92.457**
Total do ativo		**112.082**	**93.442**

PASSIVO	Nota	2022	2021
Fornecedores e contas a pagar	15	199	24
Obrigações sociais e trabalhistas	16	129	899
Obrigações tributárias		86	35
Total do passivo circulante		**414**	**958**
Outras contas a pagar com partes relacionadas	11	1.044	2.682
Tributos diferidos	17	15.756	14.822
Provisões para riscos	18	746	3.293
Outros passivos		-	3.931
Total do passivo não circulante		**17.546**	**24.728**
Patrimônio líquido			
Capital social	19	179.063	143.763
Outras reservas		3.214	8.407
Prejuízo acumulado		(88.155)	(84.414)
Total do patrimônio líquido		**94.122**	**67.756**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**112.082**	**93.442**

Demonstração dos resultados	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	20	1.922	2.091
Custos das mercadorias e serviços prestados	21	(2.686)	(5.317)
Lucro bruto		**(764)**	**(3.226)**
Comerciais	22	(381)	(960)
Administrativas	23	(564)	(1.886)
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquido	24	2.620	(1.639)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**911**	**(7.711)**
Receitas financeiras	25	28	25
Despesas financeiras	25	(897)	(2.726)
Financeiras líquidas		**(869)**	**(2.701)**
Resultado de equivalência patrimonial	12	(2.850)	(5.381)
Resultado antes dos impostos		**(2.808)**	**(15.793)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	(933)	(1.275)
Prejuízo do exercício		**(3.741)**	**(17.068)**

Demonstração dos resultados abrangentes	2022	2021
Prejuízo do exercício	(3.741)	(17.068)
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	-	-
Resultado abrangente do exercício	**(3.741)**	**(17.068)**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Nota	Capital social	Outras reservas	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/20		**105.337**	**-**	**(67.159)**	**38.178**
Aumento de capital	23	38.426	-	-	38.426
Outras movimentações		-	-	(187)	(187)
Transações entre acionistas	12	-	8.407	-	8.407
Prejuízo do exercício		-	-	(17.068)	(17.068)
Saldos em 31/12/21		**143.763**	**8.407**	**(84.414)**	**67.756**
Aumento de capital	19	35.300	-	-	35.300
Transações entre acionistas	12	-	(5.193)	-	(5.193)
Prejuízo do exercício		-	-	(3.741)	(3.741)
Saldos em 31/12/22		**179.063**	**3.214**	**(88.155)**	**94.122**

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	Nota	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		**(3.741)**	**(17.068)**
Ajustes para:			
Depreciações e amortizações		961	960
(Reversão) provisão para perdas de créditos esperadas	22	(370)	(317)
Perdas de créditos	22	285	324
Provisão (reversão) para processos judiciais e acordos judiciais	24	(2.544)	452
Resultado de equivalência patrimonial	12	2.850	5.381
Juros incorridos de empréstimos e financiamentos e arrendamentos		-	182
Perdas com depósitos judiciais	24	(652)	1.189
Imposto de renda e contribuição social		933	1.275
Variações nos ativos e nos passivos			
(Aumento) ou diminuição dos ativos			
Contas a receber		252	(30)
Tributos a recuperar		(169)	119
Despesas antecipadas		-	-
Outros ativos		3.181	3.795
Outras contas a receber com partes relacionadas		(152)	(60)
Depósitos judiciais		1.013	(641)
Depósitos em garantias e cauções		-	-
Aumento ou (diminuição) dos passivos			
Fornecedores e contas a pagar		175	(23)
Obrigações sociais e trabalhistas		(770)	(483)
Obrigações tributárias		54	(15)
Outros passivos		(3.931)	(3.351)
Provisões para riscos		(3)	(113)
Outras contas a pagar com partes relacionadas		1.500	1.823
Caixa utilizado nas atividades operacionais		**(1.128)**	**(6.601)**
Juros pagos de empréstimos e arrendamentos		-	(452)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		**(1.128)**	**(7.053)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Empréstimos de empresas ligadas		(18.000)	-
Recebimento de empréstimos a empresas ligadas		-	4
Aporte de capital em coligada		(12.100)	-
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de investimentos		**(30.100)**	**4**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Recebimento de empréstimos a empresas ligadas		6.995	18.813
Pagamento de empréstimos a empresas ligadas		(10.133)	(38.188)
Aporte de capital	20	35.300	38.426
Amortização de empréstimos e financiamentos		-	(12.000)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		**32.162**	**7.051**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**934**	**2**
Caixa e equivalentes de caixa em 1 de janeiro		29	27
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		963	29
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**934**	**2**

Notas explicativas da administração

1. Contexto operacional: A Sonda Cidades Inteligentes e Mobilidade Ltda. (antiga Telsinc Prestação de Serviços de Informática e Comunicação de Dados Ltda.), doravante denominada "Sonda Cidades" ou "Empresa" é uma empresa de tecnologia da informação que oferece soluções de alto valor agregado a diversos setores econômicos, sendo que, em mais de 14 anos de atuação, desenvolveu e implementou soluções que beneficiam milhões de pessoas em todas as regiões do país. A Sonda Cidades possui serviços e projetos de consultoria em seu portfólio de gestão, atendendo a empresas de pequeno, médio e grande porte. São inovações tecnológicas que resultam em redução de custos, mais produtividade e aumento na receita das organizações. A Sonda Cidades possui, ainda, grande expertise em processos de ERP e sistemas de gestão fiscal. Em 23 de dezembro de 2022, a Empresa alterou a sua denominação social de Telsinc Prestação de Serviços de Informática e Comunicação de Dados Ltda. para Sonda Cidades Inteligentes e Mobilidade Ltda. **1.1. Desempenho financeiro:** Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa apresentou prejuízos de R$ 3.743 (R$ 17.068 em 31 de dezembro de 2021) e prejuízos acumulados de R$ 88.159 (R$ 84.414 em 31 de dezembro de 2021). Para o exercício de 2023, espera-se uma melhoria dos resultados em decorrência dos seguintes principais fatores: (1) no campo macroeconômico, espera-se uma leve recuperação da economia e um ambiente político mais estável, o que faria o nível de investimento e demandas de serviços de TI aumentar em relação a períodos anteriores; (2) foram criados planos de ação para recuperar as margens dos contratos deficitários que devem refletir benefícios em 2023; (3) amadurecimento de novas linhas de negócio; e (4) plano de vendas mais agressivo de produtos e serviços com maiores margens. A administração espera que essas ações principais, aliadas a outras de menor impacto, sejam importantes para a melhoria dos resultados no exercício de 2023. **2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras:** Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS). A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Empresa. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 5. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados por seu valor justo, quando aplicável. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 08 de março de 2023. **2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda principal do ambiente econômico no qual a Empresa atua ("moeda funcional"), sendo que, quando a moeda for diferente da moeda funcional de apresentação das demonstrações financeiras, ela será convertida para o real na data do fechamento. **3. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1 de janeiro de 2023. A Empresa não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **a) Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1):** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • o que significa um direito de postergar a liquidação; • que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e • que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio, os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1 de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. No momento, a Empresa avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. **b) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12):** As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias, por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam àquelas que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado. Atualmente, a Empresa avalia o impacto e não espera alterações relevantes relacionadas a este tópico. **c) Outras normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa: • IFRS 17 - Contratos de Seguros; • Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e *IFRS Practice Statement 2*); e • Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8). **4. Principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração destas demonstrações financeiras foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados e compreendem: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** São compreendidos pelos recursos financeiros mantidos em caixa, banco conta movimento e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão avaliadas pelo valor justo na data do balanço e com risco insignificante de mudança de valor. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e Financiamentos", no passivo circulante. **b) Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Empresa (nota explicativa nº 8). Se o prazo de recebimento é equivalente a 1 ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa efetiva de juros reduzida pelas estimativas de perdas esperadas, a título de perdas de créditos esperadas (PCE). **c) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional específico de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$ 240. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo dos tributos sobre ativos e passivos, os valores contábeis das demonstrações financeiras e o prejuízo fiscal e/ou a base negativa. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social foram apurados na Demonstração do Lucro Real e são controlados na parte B do LALUR conforme cada período, partindo do lucro líquido contábil, mais adições, menos exclusões e compensações, podendo ser compensados independentemente de qualquer prazo, desde que observado o limite de 30% (trinta por cento) do lucro líquido ajustado em cada período de apuração. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de existência de lucro tributável futuro. **d) Contribuição para o INSS - desoneração da folha de pagamento:** A lei 12.546, de 14 de dezembro de 2011, dentre outras alterações, desonerou a folha de pagamento das empresas do setor de Tecnologia da Informação, entre outros segmentos, modificando a base de cálculo do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), passando esse a incidir sobre a receita bruta das prestações de serviços pela alíquota de 2,5%. A partir de 1 de dezembro de 2015, a alíquota passou para 4,5%, de acordo com a lei 13.161, de 31 de agosto de 2015, que incidia anteriormente sobre a folha de pagamento da Empresa pela alíquota de 20%. **e) Outros ativos circulantes e não circulantes:** São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante. **f) Imobilizado:** O ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição ou construção, acrescido de encargos de financiamentos incorridos durante a fase de construção, deduzido das depreciações acumuladas e perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada, quando necessário. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo, menos o seu valor residual, após sua vida útil seja integralmente depreciado (exceto para construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente, quando aplicável. A Empresa revisa anualmente a vida útil dos itens do imobilizado. As taxas médias de depreciação estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

	Taxa média de depreciação
Edifícios e benfeitorias	2%
Veículos	60%
Máquinas equipamentos	33%
Informática e Hardware	33%
Outros	20%

A Empresa aplica julgamentos na avaliação e na determinação das vidas úteis remanescentes dos ativos. Entre outros temas, essas avaliações incluem: i. comparação com as tendências de outras empresas do setor; ii. análises de eventual defasagem tecnológica; iii. obsolescência; e iv. necessidade de renovação dos equipamentos, imposta pelos clientes. **g) Intangível:** Software e Licenças: Os softwares adquiridos de terceiros são mensurados pelo valor pago na aquisição e amortizados pelo método linear. Os softwares gerados internamente são mensurados ao custo de desenvolvimento e, posteriormente, deduzidos das amortizações, as quais são reconhecidas na demonstração do resultado. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Empresa e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano são reconhecidos no ativo intangível. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas. Marcas e patentes: Marcas e patentes que possuem vida útil finita estão contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear durante a vida útil esperada do bem. Ágio: O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições é registrado como "Ativo Intangível" nas demonstrações financeiras. Os demais intangíveis referem-se às parcelas identificadas de ativos mensurados a valor justo, adquiridos nas combinações de negócios, reconhecidos dentro do período de mensuração do investimento. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*): A Empresa analisa a existência de evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifiquem tais evidências, a Empresa estima o valor recuperável do ativo, o qual é o maior valor entre: i. seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e ii. seu valor de uso, isto é, equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos tributos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Empresa reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (*impairment* ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução no valor recuperável é registrada no resultado do período. Caso não seja determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é efetuada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. **h) Passivos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração: Os passivos financeiros da Empresa são contabilizados a valor justo por meio do resultado, custo amortizado ou como derivativos classificados como instrumento de hedge efetivo, conforme o caso. A Empresa determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo diretamente relacionado à transação. Mensuração subsequente: A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: Passivo financeiro a valor justo por meio do resultado: Inclui passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos, exceto aqueles designados como instrumentos de hedge. Os juros, a variação monetária e cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Custo amortizado: Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, com o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa. Desreconhecimento (baixa): Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Compensação de instrumentos financeiros, apresentação líquida: Não é permitida a apresentação líquida entre ativos e passivos financeiros no balanço patrimonial, exceto se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos, e se houver a intenção de compensação ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **i) Fornecedores e contas a pagar:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano; caso contrário, são classificadas no passivo não circulante. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **j) Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos, quando aplicáveis, são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data-base do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, o qual necessariamente demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles resultarão em benefícios econômicos futuros para a Empresa e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos. **k) Provisões para riscos:** As provisões para causas judiciais (trabalhistas, cíveis e tributos indiretos) são reconhecidas quando: i. a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; ii. é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e iii. o valor tiver sido estimado com segurança. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. **l) Outros passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações não relacionadas à atividade fim da Empresa. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante. **m) Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços prestados no curso normal das atividades da Empresa. Possuem origem em acordos comerciais de prestação de serviços de tecnologia e informática e, assim como o desenvolvimento de software, a entrega está prevista em contrato. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. O Pronunciamento Técnico CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando e por quanto a receita é reconhecida. Substitui todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as normas CPC. A nova norma estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com esse pronunciamento, a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que a Empresa espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, com o uso do método da taxa efetiva de juros. **n) Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), acrescido, para um item não mensurado ao VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, nesse caso, todos os ativos afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: A Empresa avalia o objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e os objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Empresa; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como esses riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados, por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras; e • as transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento, as quais não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • pré-pagamento e prorrogação do prazo; e • termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(iii) Desreconhecimento:** Ativos financeiros: A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos ou, ainda, na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, além de não reter o controle sobre esse ativo. A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. Passivos financeiros: A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iv) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenham a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(v) Capital social:** As quotas da Empresa são classificadas como patrimônio líquido. **o) Redução ao valor recuperável (*impairment*): (i) Ativos financeiros não derivativos: Instrumentos financeiros e ativos contratuais:** A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e • ativos de contrato. A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 (doze) meses: • títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Empresa presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 (trinta) dias de atraso. A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou • o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 (noventa) dias. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposta ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito, as quais são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa, de acordo com o contrato, e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidências objetivas de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação incluem os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; e a probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **(ii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, as quais são, em grande parte, independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos destas que se espera que se beneficiarão das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente com o uso de uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta (ou a um grupo de UGCs) e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo) de forma pro rata. **p) Arrendamento mercantil:** A Empresa reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e, subsequentemente, pelo custo menos qualquer amortização acumulada e perdas ao valor recuperável e ajustado pela taxa dos respectivos contratos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis e arrendamentos, descontados com o uso de uma taxa nominal única, com base no endividamento da Empresa, que corresponde a aproximadamente a sua taxa média de captação no período (6,40% a.a.). A Empresa remensura o passivo de arrendamento se houver alteração no prazo do arrendamento ou nos pagamentos futuros deste resultantes de mudança em índice ou em taxa utilizada para determinar esses pagamentos, havendo reconhecimento do valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso. A Empresa aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos que incluem opções de renovação. A assertividade da avaliação sobre se a Empresa pode exercer essas opções tem impacto direto no prazo do arrendamento, podendo afetar significativamente o valor do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso reconhecido. As opções de extensão e rescisão estão incluídas em vários contratos de arrendamento em toda a Empresa. **5. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** Na aplicação das políticas contábeis, a administração da Empresa realiza julgamentos e elabora estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir, significativamente, dessas estimativas. A seguir, estão apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas: **a) Perdas de crédito esperadas (PCE):** São constituídas para levar contas a receber de clientes a seu valor de recuperação, com base em um modelo de perda de crédito esperada. A Empresa estimou a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais, definindo coeficientes e premissas na determinação da taxa de perda esperada, com base em modelos estatísticos construídos com informações históricas de pagamentos do devedor e considerações sobre acordos financeiros, além de análises sobre fatores externos e macroeconômicos. **b) Provisões para riscos:** A Empresa é parte em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões, constituídas para fazer face às potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentadas na opinião de seus assessores jurídicos, e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. Essa estimativa pode ser alterada em virtude do andamento processual, jurisprudências em casos similares e eventuais acordos entre as partes. **c) Vida útil remanescente do ativo imobilizado:** O uso e o consequente desgaste do ativo imobilizado são estimados com base nas características, na localização, na utilização e em outros fatores de um grupo de ativos. Essas circunstâncias podem alterar a vida útil, e quando isso ocorre, a administração revisa e altera a taxa de depreciação dos ativos. **d) Apuração e realização dos impostos diferidos:** Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados e reconhecidos utilizando-se as alíquotas aplicáveis às estimativas de lucro tributável para compensação nos anos em que essas diferenças temporárias, os prejuízos fiscais de imposto de renda e as bases negativas de contribuição social acumulados deverão ser realizados. Os prejuízos fiscais e a base negativa não prescrevem e sua compensação fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. As estimativas de lucro tributável são baseadas nos orçamentos anuais e no plano estratégico, ambos revisados periodicamente. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela administração quando da definição da necessidade de se registrar no montante do ativo fiscal diferido. **6. Instrumentos financeiros: a) Classificação contábil e valores justos:** As tabelas abaixo apresentam os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não incluem informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo. O valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

Valor justo versus valor contábil		2022		2021	
Ativos	**Nota**	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	7	963	963	29	29
Pelo custo amortizado					
Contas a receber de clientes	8	158	158	325	325
Outras contas a receber com partes relacionadas	11	18.216	18.216	64	64
Outros ativos	10	298	298	3.481	3.481
Passivos					
Pelo custo amortizado					
Fornecedores	15	199	199	24	24
Outras contas a pagar com partes relacionadas	11	1.044	1.044	2.682	2.682
Outros passivos	-	-	3.931	3.931	

b) Mensuração do valor justo: As tabelas abaixo apresentam as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 1, 2 e 3, assim como os inputs significativos não observáveis utilizados:

Hierarquia do valor justo				
Ativos	**Nota**	**Valor justo em 2022**	**Nível 1**	**Nível 2**
Caixa e equivalentes de caixa	7	963	5	958
Ativos	**Nota**	**Valor justo em 2021**	**Nível 1**	**Nível 2**
Caixa e equivalentes de caixa	7	29	5	24

• **Nível 1:** são classificados neste nível caixa e bancos, registrados pelo valor depositado nas instituições financeiras. • **Nível 2:** são classificados neste nível Certificados de Depósitos Bancários (CDB), emitidos por instituições financeiras, sendo o valor justo representado pelos juros da operação, apropriado pro rata dia, e financiamentos e empréstimos. • **Nível 3:** nenhum instrumento financeiro foi classificado neste nível. **c) Gerenciamento dos riscos financeiros:** A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito (i); • Risco de liquidez (ii); e • Risco de mercado (iii). **Estrutura do gerenciamento de risco:** A administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Empresa. Sendo assim, a administração é responsável pelo desenvolvimento e pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Empresa. Os gestores de cada departamento se reportam regularmente à Diretoria sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos por ela enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa. A Empresa, por meio de normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem seus papéis e suas obrigações. **(i) Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. **Contas a receber e outros recebíveis:** A exposição da Empresa a risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país onde o cliente opera. A administração estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes de a Empresa apresentar sua proposta de limite de crédito e o termo de pagamento. A revisão efetuada pela Empresa inclui *ratings* externos, quando disponíveis, e, em alguns casos, referências bancárias. Limites de compras são estabelecidos para cada cliente, que representam o montante máximo em aberto sem exigir a aprovação da administração e são revisados periodicamente. Clientes que falharem em cumprir com o limite de crédito estabelecido pela Empresa somente poderão operar com ela em base de pagamentos antecipados. No monitoramento do risco de crédito dos clientes, estes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se são pessoas físicas ou jurídicas, atacadistas, varejistas ou consumidores finais, bem como sua localização geográfica, a indústria em que atuam, o perfil de idade, a maturidade e a existência de dificuldades financeiras no passado. Clientes classificados como de "alto risco" são colocados em uma lista de clientes restritos e monitorados pela administração, sendo suas vendas futuras efetuadas com base em pagamentos antecipados. A Empresa registra uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas incorridas referentes a Contas a receber e outros recebíveis. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Exposição ao risco de crédito		Controladora	
Ativos	**Nota**	**2022**	**2021**
Caixa e equivalentes de caixa	7	963	29
Contas a receber de clientes	8	158	325
Outros ativos	10	298	3.481
Outras contas a receber com partes relacionadas	11	18.216	64
		19.635	**3.899**

Contas a receber e outras contas a receber: A exposição da Empresa a risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera. A Empresa adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Empresa somente realiza operações com as de baixo risco avaliadas por agências de *rating*. A Empresa registra uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas incorridas referentes a "Contas a receber" e "Outras contas a receber" (nota explicativa nº 8). A administração dos valores em atraso há mais de 30 (trinta) dias não incorre em perda por redução ao valor recuperável. Essas análises baseiam-se em um histórico de comportamento de pagamento e em extensas análises dos riscos de crédito de seus respectivos clientes, incluindo avaliações de crédito destes, quando disponíveis. **Caixa e equivalentes de caixa:** A Empresa detinha "Caixa e equivalentes de caixa" de R$ 29 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 29 em 31 de dezembro de 2021). O "Caixa e equivalentes de caixa" é mantido com bancos e com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*. **(ii) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Empresa encontra dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez é a de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa. A Empresa gerencia o risco de liquidez efetuando uma administração com base em fluxo de caixa, mantendo a estrutura de capital sustentada por ativos financeiros, recebíveis imobiliários e estoque de unidades, o que permite um elevado grau de alavancagem. Adicionalmente, a Empresa monitora os ativos e os passivos para mitigar os riscos de eventuais descasamentos. Abaixo estão as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo-se pagamentos de juros estimados e excluindo-se o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida:

31 de dezembro de 2022	Nota	Valor contábil	Até 1 ano	Acima 1 a 3 anos
Fornecedores	15	199	199	-
Outros passivos		-	-	-
		199	**199**	**-**
31 de dezembro de 2021				
Fornecedores	15	24	24	-
Outros passivos		3.931	-	3.931
		3.955	**24**	**3.931**

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Empresa, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. **(iii) Risco de mercado:** Decorre da possibilidade de oscilação dos preços, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços dos produtos comercializados ou produzidos pela Empresa e dos demais insumos utilizados no processo de produção. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Empresa utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco. **Risco cambial:** A Empresa está exposta ao risco cambial decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas e compras são denominadas e as respectivas moedas funcionais da Empresa. A moeda funcional da Empresa é basicamente o real (R$). Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a política da Empresa é a de garantir que sua exposição líquida seja mantida a um nível aceitável, por meio da compra ou venda de moedas estrangeiras com base em taxas à vista, quando necessário, para cobrir instabilidades de curto prazo. **Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade de a Empresa estar sujeita a ganhos ou perdas em seus ativos ou seus passivos financeiros decorrentes de variações nas taxas de juros. Visando à mitigação deste tipo de risco, a Empresa busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas e pós-fixadas. Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros pós-fixados era:

Risco de mercado			Controladora	
Instrumentos de taxa variável	**Taxa**	**Nota**	**2022**	**2021**
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras	CDI	7	958	24

Análise de sensibilidade para exposição a taxas de juros: A Empresa não apresentou análise de sensibilidade para exposição a taxas de juros pelo fato de o valor ser irrelevante. **Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Empresa. O objetivo da Empresa é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Empresa, bem como buscar eficácia de custos e evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e a implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: • exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; • exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; • cumprimento com exigências regulatórias e legais; • documentação de controles e procedimentos; • exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; • exigências de reportar prejuízos operacionais e ações corretivas propostas; • desenvolvimento de planos de contingência; • treinamento e desenvolvimento profissional; • padrões éticos e comerciais; e • mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz. **Gestão de capital:** A política da Diretoria é cultivar uma sólida base de capital para manter a confiança do credor e do mercado e garantir o desenvolvimento futuro do negócio.

7. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora	
	2022	**2021**
Caixa	-	-
Bancos conta movimento	5	5
Aplicações financeiras	958	24
	963	**29**

A Empresa tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações de liquidez imediata em instituições financeiras, substancialmente remuneradas com base em 10% a 35% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

8. Contas a receber de clientes:

	Controladora	
	2022	**2021**
Faturas a receber	165	702
Perdas de créditos esperadas (PCE)	(7)	(377)
	158	**325**

A Empresa lançou recentemente sua visão e seu plano estratégico 2023-2025, que surge da rápida evolução da indústria de tecnologia, a qual impacta nas necessidades das empresas. O plano visa gerar as mudanças necessárias na Empresa e permitir enfrentar com sucesso os desafios que a transformação digital impõe. O plano incidirá na melhoria e no apoio à transformação dos processos de negócio dos clientes, com base nos seguintes eixos estratégicos: (i) capacitar soluções do setor e linhas de serviço de valor agregado mais elevadas; (ii) gerenciar o relacionamento com os clientes de forma abrangente; (iii) gerenciar a cultura e as formas de trabalhar, melhorando a organização de maneira ágil, cada vez mais orientada para o cliente; (iv) garantir a excelência operacional por meio de melhorias na qualidade dos serviço e simplificação de processos; (v) aprofundar a conexão com o ecossistema de fabricantes, empresas de nicho e start-ups para o desenvolvimento ou a expansão de capacidades; e (vi) alavancar o crescimento em mercados ou indústrias específicas por meio do crescimento inorgânico. O trabalho terá especial ênfase em cinco indústrias a nível regional: Smart Cities (que inclui Transportes), Retail, Serviços Financeiros, Utilities e Governo, sendo as duas últimas somente no Brasil, para as quais serão oferecidas soluções específicas de alto valor. Nesse sentido, uma organização das linhas de negócios foi necessária para melhor apresentar essa estratégia, as quais foram reorganizadas em quatro principais verticais: Plataformas, Aplicações, Serviços de TI e Transformação Digital, a fim de melhorar o negócio dos clientes, apoiando-os em seu processo de transformação. Diante desses cenários, as notas explicativas Contas a receber e Receita operacional (vide nota explicativa nº 21) estão sendo apresentadas conforme abaixo:

Composição por segmento	2022	2021
Serviços digitais	46	697
Comércio de varejo	119	5
Total	**165**	**702**
Clientes por tipo	**2022**	**2021**
Privado - pessoa jurídica e física	165	702
Total	**165**	**702**
Clientes por vencimento	**2022**	**2021**
A vencer	162	332
Vencidos:		
1 - De 31 a 60 dias	3	3
2 - Acima de 365 dias	-	367
Total	**165**	**702**

A movimentação das perdas de créditos esperadas no exercício de 2022 e 2021 está assim demonstrada:

	2022	2021
No início do exercício	**(377)**	**(694)**
Adição (constituição)	-	(7)
Baixas (reversões)	370	324
No final do exercício	**(7)**	**(377)**

9. Tributos a recuperar:	2022	2021
INSS a compensar	480	210
IRRF	19	21
CSLL	5	6
PIS e COFINS	182	76
Contribuições destinadas a terceiras entidades	-	204
Total	**686**	**517**

O imposto de renda e a contribuição social têm origem em retenções e recolhimentos efetuados com base em apurações mensais que, ao final dos períodos, convertem-se em créditos que serão compensados com tributos a pagar. Os saldos de PIS e COFINS foram originados das retenções dos tributos por parte dos contratantes de serviços e de créditos por aquisição de mercadorias e insumos. Esse crédito será compensado em até 1 ano com tributos a pagar. O INSS foi originado da retenção do tributo por parte dos contratantes de serviços. Esse crédito será compensado em até 1 ano com os valores devidos a esse título ou objeto de pedido de restituição.

10. Outros ativos:	2022	2021
Adiantamentos a empregados	34	69
Antecipação de benefícios a empregados	264	45
Outros ativos Escrow (a)	-	3.367
	298	**3.481**
Ativo circulante	298	114
Ativo não circulante	-	3.367

(a) Refere-se à retenção de pagamento quando da aquisição da investida Sonda Mobility Ltda aos ex-sócios. O saldo foi pago integralmente em fevereiro de 2022.

11. Outras contas a receber e a pagar com partes relacionadas:

			2022			2021		
Controladora	**País**	**Moeda**	**Ativo**	**Passivo**	**Resultado**	**Ativo**	**Passivo**	**Resultado**
Sonda Procwork Inf. Ltda.	Brasil	Real	75	24	(3)	44	83	(227)
Sonda do Brasil S.A.	Brasil	Real	32	640	(249)	15	2.593	(1.391)
CTIS Tecnologia S.A.	Brasil	Real	18.088	-	87	1	-	(758)
Ativas Data Center S.A.	Brasil	Real	17	7	-	-	-	-
Telsinc Com. e Equip. de Inf. Ltda.	Brasil	Real	4	6	(365)	4	6	-
Pars Produtos			-	-	-	-	-	-
Sonda Mobility	Brasil	Real	-	367	-	-	-	-
			18.216	**1.044**	**(530)**	**64**	**2.682**	**(2.376)**

As operações com partes relacionadas têm origem em moeda local, estando atualizadas monetariamente para a data de encerramento do exercício, e foram efetuadas em condições normais de mercado.

▶▶▶

12. Investimentos:

	Controladora	
	2022	2021
Sonda Mobility	8.727	4.670
Ágio Sonda Mobility	29.809	29.809
Total	**38.536**	**34.479**

12.1. Informações acerca das investidas:

			2022				
Investidas	País	Participação	Patrimônio líquido	Ativo	Passivo	Receita líquida	Resultado
Sonda Mobility	Brasil	51%	17.228	69.306	52.078	42.770	(11.380)

Controladora	Sonda Mobility
Saldo inicial em 1 de janeiro de 2021	**31.640**
Outras movimentações	(187)
Ganhos com transação entre acionistas (a)	8.407
Resultado da equivalência patrimonial	(5.381)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**34.479**
Aporte de capital (b)	12.100
Perdas com transação entre acionistas (b)	(5.193)
Resultado da equivalência patrimonial	(2.850)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**38.536**

(a) A Sonda do Brasil (empresa do Grupo Sonda) efetuou um aporte de capital de R$ 19.140 na Sonda Mobility Ltda., que resultou em um percentual de participação de 71,72% e na obtenção de controle. Essa operação resultou na diluição da participação que a Empresa detinha na Sonda Mobility, passando de 100% para 28,28%, e em função dos prejuízos gerados pela Sonda Mobility, afetando seu patrimônio e, consequentemente, o resultado de equivalência patrimonial desde a aquisição pela Empresa. Foi apurado um ganho decorrente de transação entre acionistas no montante total de R$ 8.407. Para entidades de controle comum, eventuais ganhos ou perdas, decorrentes de diluições de participação, devem ser classificados no patrimônio líquido da controladora anterior como ganhos ou perdas decorrentes de transações entre acionistas. (b) Em 26 de dezembro de 2022, a Empresa realizou aporte de capital na Sonda Mobility Ltda. no valor de R$ 12.100, passando a deter 51% da Empresa. Porém, conforme a 5ª alteração do Contrato Social, no item 3.1, ficou determinado que a Sonda do Brasil Ltda. continuará determinando substancialmente os processos de elaboração de políticas e das principais diretrizes de administração da Empresa, inclusive em decisões sobre dividendos e outras distribuições, permanecendo como a Controladora da Empresa. Em função dos prejuízos acumulados pela Sonda Mobility, afetando seu patrimônio, foi apurada uma perda decorrente de transação entre acionistas no montante total de R$ 5.193. Para entidades de controle comum, eventuais ganhos ou perdas, decorrentes de diluições de participação, devem ser classificados no patrimônio líquido da controladora anterior como ganhos ou perdas decorrentes de transações entre acionistas.

13. Imobilizado:

Controladora	Veículos	Máquinas e equipamentos	Informática e Hardware	Outros	Total
a. Custo contábil					
Saldo em 1/1/21	**312**	**121**	**1.642**	**218**	**2.293**
Baixas	-	(121)	(10)	-	(131)
Saldo em 31/12/21	**312**	**-**	**1.632**	**218**	**2.162**
Baixas	-	-	-	(60)	(60)
Saldo em 31/12/22	**312**	**-**	**1.632**	**158**	**2.102**
b. Depreciação acumulada					
Saldo em 1/1/21	**(312)**	**(121)**	**(1.642)**	**(214)**	**(2.289)**
Depreciação do exercício	-	-	-	(2)	(2)
Baixas	-	121	10	-	131
Saldo em 31/12/21	**(312)**	**-**	**(1.632)**	**(216)**	**(2.160)**
Depreciação do exercício	-	-	-	(2)	(2)
Baixas	-	-	-	60	60
Saldo em 31/12/22	**(312)**	**-**	**(1.632)**	**(158)**	**(2.102)**
Valor contábil líquido					
Em 31/12/21	-	-	-	2	2
Em 31/12/22	-	-	-	-	-

14. Intangível:

a. Custo contábil	Ágio	Carteira de clientes	Softwares adquiridos	Marcas e patentes	Total
Saldo em 1/1/21	**47.091**	**5.630**	**4.568**	**417**	**57.706**
Baixas	-	-	(12)	-	(12)
Saldo em 31/12/21	**47.091**	**5.630**	**4.556**	**417**	**57.694**
Transferências	-	4.044	(4.044)	-	-
Saldo em 31/12/22	**47.091**	**9.674**	**512**	**417**	**57.694**
b. Amortização acumulada					
Saldo em 1/1/21	**-**	**(2.008)**	**(524)**	**(417)**	**(2.949)**
Amortização do exercício	-	(958)	-	-	(958)
Baixas	-	-	12	-	12
Saldo em 31/12/21	**-**	**(2.966)**	**(512)**	**(417)**	**(3.895)**
Amortização do exercício	-	(959)	-	-	(959)
Saldo em 31/12/22	**-**	**(3.925)**	**(512)**	**(417)**	**(4.854)**
Valor contábil líquido					
Em 31/12/21	47.091	2.664	4.044	-	53.799
Em 31/12/22	47.091	5.749	-	-	52.840

14.1. Ágio: 31 de dezembro de 2022 e 2021

Controladora	Empresa investida	Saldo inicial	Adição	Total geral
Sonda Cidades	Sonda Cidades	35.740	-	35.740
Sonda Cidades	Kaizen Consultoria e Serviços em Informática Ltda.	11.351	-	11.351
		47.091	**-**	**47.091**

Em 23 de abril de 2010, a Huerta Participações Ltda. celebrou contrato de compra e venda de quotas, pelo qual adquiriu a totalidade do capital social das empresas Telsinc Comércio de Equipamentos de Informática Ltda., Sonda Cidades Inteligentes e Mobilidade Ltda. (antiga Telsinc Prestação de Serviços de Informática e Comunicação de Dados Ltda.) e Telsinc USA, LLC. A transação envolveu o montante de R$ 66.000. Em 25 de junho de 2010, a Huerta Participações Ltda. celebrou contrato de compra e venda de quotas, pelo qual adquiriu a totalidade do capital social das empresas Kaizen Informática e Participações Societárias Ltda. e Kaizen Consultoria e Serviços em Informática Ltda. A transação envolveu o montante de R$ 9.644. Em 10 de março de 2014, a Huerta Participações Ltda. foi cindida e parte de seu acervo líquido foi incorporada pela Sonda Cidades Inteligentes e Mobilidade Ltda. (antiga Telsinc Prestação de Serviços de Informática e Comunicação de Dados Ltda.), acarretando o reconhecimento de um ágio oriundo da combinação inicial de negócios no montante de R$ 35.740. Em 1 de janeiro de 2015, a empresa Kaizen Consultoria e Serviços em Informática Ltda. foi cindida e parte de seu acervo líquido foi incorporada pela Sonda Cidades Inteligentes e Mobilidade Ltda. (antiga Telsinc Prestação de Serviços de Informática e Comunicação de Dados Ltda.), acarretando o reconhecimento de um ágio oriundo da combinação inicial de negócios no montante de R$ 11.351. Em 21 de janeiro de 2019, a Sonda Cidades Inteligentes e Mobilidade Ltda. (antiga Telsinc Prestação de Serviços de Informática e Comunicação de Dados Ltda.) adquiriu a participação de 100% do capital social e o controle da Sonda Mobility Ltda. O valor da transação foi de R$ 43.036, cujo valor relacionado à carteira de clientes é de R$ 5.538, e o valor de R$ 4.044 é relacionado a software.

15. Fornecedores:

	2022	2021
Serviços e Subscrição	199	24
Total	**199**	**24**

16. Obrigações sociais e trabalhistas:

	2022	2021
Provisão de férias e encargos	58	519
Outras provisões	50	78
INSS s/ salários	4	80
IRRF s/ salários	6	105
Dissídio trabalhista	-	21
FGTS	8	35
Bônus	-	45
Provisões de Indenizações	-	16
Outras obrigações	3	-
Total	**129**	**899**

17. Tributos diferidos: Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos são provenientes de diferenças temporárias. Esses créditos são mantidos no ativo e no passivo não circulante. Os valores estão demonstrados a seguir:

	2022	2021
Prejuízo fiscal	(114.217)	(107.540)
Diferenças temporárias	(1.006)	(3.893)
Base constituição de imposto diferido	(115.223)	(111.433)
Imposto diferido total - 34%	(39.176)	(37.887)
Imposto diferido ativo contabilizado	**342**	**-**

	2022	2021
Ágio	14.143	12.542
Outras	1.955	2.280
Imposto diferido passivo	**16.098**	**14.822**
Imposto diferido, líquido	**(15.756)**	**(14.822)**

Movimentação:	2022	2021
Saldo inicial	**(14.822)**	**(13.547)**
Base de cálculo das movimentações		
Impostos diferidos relativos a depreciações	(21)	(59)
Impostos diferidos relativos a amortizações	(3.751)	(3.751)
Impostos diferidos relativos a provisões	(2.866)	(36)
Impostos diferidos relativos a prejuízo fiscal	3.893	95
Total base de cálculo	**(2.745)**	**(3.751)**
IR/CS diferidos 34%	**(933)**	**(1.275)**
Saldos finais	**(15.755)**	**(14.822)**

Conciliação com resultado: A conciliação do imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado pode ser demonstrada por:

	2022	2021
Prejuízo antes do IR e da CS	**(2.810)**	**(15.793)**
Efeito Equivalência Patrimonial	2.850	5.381
Resultado	**40**	**(10.412)**
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
IR e CS pela alíquota fiscal combinada	**(14)**	**3.540**
Diferenças permanentes		
Prejuízo fiscal não constituído pela ausência de projeções de lucros tributáveis	(946)	(4.727)
Recuperação despesas Lei do Bem / Outros	27	-
Outras diferenças permanentes	-	(88)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(933)**	**(1.275)**
Alíquota fiscal efetiva	(2.333%)	12%

18. Provisão de riscos:

	Controladora	
	2022	2021
Trabalhistas	213	2.760
Cíveis	533	533
	746	**3.293**

A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes na experiência anterior referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com os processos em curso, classificados como de risco provável de perda.

18.1. Movimentação das provisões:

	2021	Novos	Baixas	Atualizações	2022
Trabalhistas	2.760	-	(2.547)	-	213
Cíveis	533	-	-	-	533
	3.293	**-**	**(2.547)**	**-**	**746**

No decorrer de 2021, alguns processos trabalhistas tiveram a expectativa de perda alterada de possível para provável e novos processos cíveis foram agregados à provisão de perda.

18.2. Movimentação de depósitos judiciais

	2021	Novos	Baixas	Atualizações	2022
Trabalhistas	704	362	(652)	(71)	343
Cíveis	42	-	-	-	42
	746	**362**	**(652)**	**(71)**	**385**

18.3. Processos possíveis: A Empresa está envolvida em outras ações de naturezas cível, trabalhista e fiscal, consideradas pelos consultores jurídicos com probabilidade de perda possível, conforme demonstrado abaixo:

Possíveis	2022	2021
Trabalhistas	609	299
Fiscais	52	49
	661	**348**

19. Patrimônio líquido: Capital social: Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Empresa era composto por 179.063.119 quotas (143.763.119 em 2021), no valor unitário de R$ 1,00, totalizando R$ 179.063 (R$ 143.763 em 2021).

	Participação	Quotas subscritas	Valor - R$
Inversiones Internacionales S.A.	99,669269%	178.470.902	178.471
Sonda S.A.	0,330730%	592.215	592
Sonda Procwork Informática Ltda.	0,000001%	2	-
	100,00%	**179.063.119**	**179.063**

Em 17 de dezembro de 2021, foi aprovado o aumento de capital da Sonda Cidades em R$ 38.426, conforme a 39ª alteração do Contrato Social, totalizando o capital social totalmente subscrito e integralizado em R$ 143.763. Em 23 de dezembro de 2022, conforme a 41ª alteração do contrato social, foi aprovado o aumento de capital da Empresa em R$ 35.300, passando o capital social de R$ 143.763 para R$ 179.063

20. Receita operacional líquida

Receita por segmento	2022	2021
Serviços digitais	137	33
Comércio de varejo	2.123	2.466
Total da receita bruta	**2.260**	**2.499**
Cancelamento e devolução	-	(83)
Impostos sobre vendas	(338)	(325)
Receita operacional líquida	**1.922**	**2.091**

21. Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas:

	2022	2021
Salários e remunerações (a)	(1.202)	(2.688)
Encargos sociais (a)	(334)	(669)
Férias e 13º salário (a)	(246)	(640)
Depreciação e amortização	(961)	(961)
Vale-alimentação, vale-refeição e vale-transporte	(103)	(251)
Assistência médica	(46)	(64)
Indenizações e aviso prévio	33	(47)
Impostos e taxas diversos	(5)	(56)
Aluguel, manutenção e instalações	(12)	(9)
Viagens	(5)	(1)
Serviços de terceiros	(12)	(11)
Transporte	(3)	-
Manutenção de equipamentos	-	(2)
Seguro de vida	-	(1)
Recuperação de despesas	210	73
Outros custos	-	10
Total	**(2.686)**	**(5.317)**

(a) Conforme plano estratégico da Empresa, houve redução do quadro de funcionários, equivalentes a aproximadamente 80% impactando as linhas das obrigações sociais e trabalhistas.

22. Despesas comerciais:

	2022	2021
Salários, remunerações e benefícios	(251)	(531)
Encargos sociais	(109)	(201)
Perdas de créditos esperadas (PCE)	(285)	(324)
Perdas de créditos	370	317
Férias e 13º salário	(51)	(108)
Vale-alimentação, vale-refeição e vale-transporte	(16)	(45)
Assistência médica	(18)	(55)
Aluguel, manutenção e instalações	(28)	-
Indenizações e aviso prévio	14	(6)
Viagens	(1)	(2)
Outras despesas	(6)	(5)
Total	**(381)**	**(960)**

23. Despesas administrativas:

	2022	2021
Salários, remunerações e benefícios	(203)	(786)
Encargos sociais	(94)	(309)
Rateio das despesas partes relacionadas	(71)	(226)
Férias e 13º salário	(62)	(169)
Assistência médica	(9)	(32)
Indenizações e aviso prévio	-	(184)
Vale-alimentação, vale-refeição e vale-transporte	(20)	(57)
Serviços de terceiros	(85)	(79)
Marketing e propaganda	-	(41)
Viagens	-	(1)
Impostos e taxas diversos	(3)	(2)
Outras despesas	(17)	-
Total	**(564)**	**(1.886)**

(a) Conforme plano estratégico da Empresa, houve redução do quadro de funcionários, equivalentes a aproximadamente 80% impactando as linhas das obrigações sociais e trabalhistas.

24. Outras receitas e despesas líquidas:

	2022	2021
Contingências (provisão/reversão)	2.544	(452)
Outras despesas/receitas operacionais	722	2
Perdas com depósitos judiciais	(652)	(1.189)
Recuperação de despesas	6	-
Total	**2.620**	**(1.639)**

25. Resultado financeiro, líquido:

Receitas financeiras	2022	2021
Juros sobre mútuos	17	-
Rendimento sobre aplicações	10	24
Atualização monetária ativa	1	1
	28	**25**
Despesas financeiras		
Juros sobre mútuos (a)	(461)	(1.410)
Impostos sobre operações financeiras (a)	(228)	(979)
Juros e multa de mora por atraso	(190)	(83)
Outras despesas financeiras	(17)	(71)
Atualização monetária passiva	(1)	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	(183)
	(897)	**(2.726)**
	(869)	**(2.701)**

(a) A redução dessas linhas está impactada diretamente com a diminuição do saldo a pagar com partes relacionadas durante o exercício de 2022. **26. Cobertura de seguros (não auditado):** A Empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O valor da cobertura de seguros para riscos em 2022 e 2021 está demonstrado conforme abaixo:

	Controladora	
	2022	2021
Cobertura de seguros	18.000	18.000

27. Remuneração da administração: Em 2022 e 2021, não houve remuneração da diretoria executiva. **28. Eventos subsequentes:** Como parte do plano estratégico de incorporações das empresas do Grupo Sonda no Brasil em 28 de fevereiro de 2023 a Sonda Cidades Inteligentes (antiga Telsinc Prestação de Serviços de Informática e Comunicação de Dados Ltda.) incorporou a Sonda Mobility Ltda. Na mesma data e ato societário foi registrado o aumento do capital social da Sonda Cidades Inteligentes, no valor de R$ 8.409.845 integralizados pela Sonda do Brasil Ltda., mediante aporte da totalidade de quotas do capital social da Sonda Mobility Ltda anteriormente detidas da Sonda do Brasil.

Diretoria

Ricardo Scheffer de Figueiredo - CEO Grupo SONDA Brasil
Jorge David Ramirez Scott - CFO
Frederico Gustavo de Assis Silva - Contador - CRC/MG 088418/O-3 T-DF

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ilmos. Srs. Diretores e Quotistas da **Sonda Cidades Inteligentes e Mobilidade Ltda.** (Antiga Telsinc Prestação de Serviços para Sistemas de Informática e Comunicação de Dados Ltda.) **Opinião adversa:** Examinamos as demonstrações financeiras da **Sonda Cidades Inteligentes e Mobilidade Ltda.** (Antiga Telsinc Prestação de Serviços para Sistemas de Informática e Comunicação de Dados Ltda.) ("Sonda Cidades"/"Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, devido à importância do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião adversa", as demonstrações financeiras acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sonda Cidades em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião adversa:** ***Impairment*** **de ativos não financeiros:** A avaliação realizada pela administração da Empresa sobre a recuperabilidade dos ativos intangíveis foi efetuada ao nível do Grupo, e não individualmente, para a Sonda Cidades. Atualmente, a Empresa possui intangíveis no montante de MR$ 47.091 (nota explicativa nº 14), representados pelos ágios por expectativa de rentabilidade futura, oriundos de combinações de negócios. Não nos foram apresentados julgamentos sobre pressupostos relativos aos resultados futuros para determinar o valor em uso das Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs") da Empresa. Considerando que os julgamentos e pressupostos essenciais não foram efetuados pela administração da Empresa e que foi aplicada a metodologia dos fluxos de caixa descontados por UGC para determinar o valor em uso das UGCs, os quais incluem, entre outros, a taxa de desconto e as projeções de receitas e custos, não foi possível concluirmos sobre a adequada apresentação dos ativos intangíveis apresentados em 31 de dezembro de 2022. Se esses julgamentos sobre o pressuposto relativo aos resultados futuros das UGCs tivessem sido efetuados, certos elementos das demonstrações financeiras poderiam ser afetados de forma relevante. Os efeitos desse assunto não foram determinados. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, conforme os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião adversa. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa, cessar suas operações ou não tenha qualquer alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria efetuada de acordo com as respectivas normas brasileiras e internacionais, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco da não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das respectivas divulgações efetuadas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção, em nosso relatório de auditoria, para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, da época da auditoria, do alcance planejado e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 8 de março de 2023
PP&C Auditores Independentes - CRC2SP16.839/O-0
Paulo José de Carvalho - CRC1SP145.095/O-8 - Contador
Giacomo Walter Luiz de Paula - CRC1SP243.045/O-0 - Contador

Assinado por EMPRESA FOLHA DA MANHA S A:60579703000148 em 14/04/2023 18:05:10 com o número de série 61853EF56F3FC8EF.

ITI Instituto Nacional de Tecnologia da Informação

http://publicidadelegal.folha.uol.com.br/documento/25731

ICP Brasil